

CULTURA ESCOLAR E LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA: ANÁLISE DE IMAGENS DAS MULHERES DO PERÍODO COLONIAL

Kátia Rosane Santos Pereira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Maria Cristina Dantas Pina

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Este ensaio é fruto das discussões realizadas na disciplina Currículo e Práticas Escolares, ministrada por Ednalva Padre Aguiar, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Estadual do Sudoeste de Bahia (UESB), turma 2020. O objetivo é apresentar algumas considerações sobre a cultura escolar e o livro didático como produto dessa cultura, como também uma análise inicial das imagens do livro didático # Contato História, de Pellegrini, Dias e Grinberg (2016), referentes às mulheres do período colonial. Entende-se que o livro didático é um objeto da cultura escolar e contribui para a formação de concepções que acompanha o indivíduo ao longo da vida. Nesse sentido, analisar como a mulher é retratada possibilita um olhar atento e crítico no processo de ensino e aprendizagem da História.

Palavras chave: Cultura escolar. Livro didático. Mulheres.

Introdução

A história nos mostra que durante séculos o domínio do saber era monopolizado por um pequeno grupo de pessoas pertencente ao grupo dirigente tradicional, composto, geralmente, pela aristocracia agrária, no caso do Brasil. O saber, nesse caso, direcionado ao domínio da leitura e da escrita era transmitido a poucos, inicialmente por meio da Igreja ou de professores laicos particulares. A ideia de escola como a concebemos hoje, começou a ser delineada a partir do século XVIII sob influência do movimento iluminista que apresentou o desenvolvimento de uma sociedade orientada pela razão. Tendo como base os princípios de igualdade e liberdade, o discurso dos iluministas apresenta o ambiente escolar como uma instituição de grande importância.

A partir de meados do século XIX, acompanhando o projeto de modernização vindo da Europa, a escola precisava deixar de educar apenas os membros da elite dirigente do país. Para

isso, fez-se necessário a criação de escolas públicas que atendessem as pessoas de condições financeiras inferiores. Devido as reivindicações de setores da sociedade, o Estado começou a atender a esse pleito, porém, de acordo com Bittencourt (1993, p. 17) não havia consenso a respeito da ideia de que era obrigação do Estado oferecer o ensino primário, mas, as autoridades, de forma unânime, afirmavam que o grau elementar, correspondente ao primário de hoje, seria destinado a toda a população. Cabe lembrar que toda a população seriam as pessoas até os 12 anos de idade. Depois dessa idade, oferecer instrução para todos poderia implicar em prejuízo financeiro, em função da redução de mão-de-obra, pois parte dessas pessoas poderiam ir pra escola.

A escola e os saberes produzidos no seu interior e exterior tem sido objetos de estudo tanto de historiadores da educação, como de sociólogos, psicólogos, pedagogos, dentre outros estudiosos. Dentre as temáticas debatidas, trabalharemos com a perspectiva da cultura escolar. Consideramos de grande relevância estudar a escola e todos os movimentos inerentes a ela, pois é nesse ambiente que são definidas “identidades pessoais e coletivas, públicas e privadas, políticas e profissionais, dentre outras” (FARIA FILHO, 2002, p. 16).

Os debates a respeito da escola, como vimos, não são novos. Continuando a discussão, objetivamos apresentar algumas considerações a respeito da cultura escolar e do livro didático como um elemento constitutivo dessa cultura, assim como uma análise de imagens expostas no livro didático referentes às mulheres do período colonial.

Desenvolvimento

Entende-se a escola como uma organização formada por diversos atores que estabelecem relações diversas, muito além do ensino e aprendizagem. Compondo esse quadro de relações podemos destacar os hábitos, os valores, os costumes, a religião que os sujeitos em interação na escola levam consigo. Mas a escola não é um ambiente apenas de recepção, nela novas relações são estabelecidas. Usando Forquin dizemos que pode-se “[...] considerar a escola como sendo também verdadeiramente produtora ou criadora de configurações cognitivas e de *habitus* originais que constituem de qualquer forma o elemento nuclear de uma cultura escolar *sui generis*” (FORQUIN, 1992, p.35). Embora seja uma cultura original, ela foi produzida a partir das várias relações estabelecidas a partir da interação com o que é levado pelos diferentes

atores que compõem a escola. Cada escola é marcada por particularidades e significados, de acordo com o seu movimento interno. Esse movimento é o que marca a cultura escolar. Para tentar entender esse conceito, recorreremos a Dominique Julia (2001) para o qual a cultura escolar é

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização) (JULIA, 2001, 10)

Por esse conceito de Julia percebe-se que tudo que acontece dentro de uma escola, comportamentos diversos, que dizem respeito a todos que fazem parte daquele universo, está inserido no entendimento de cultura escolar. Concordando com ele, entendemos que devemos levar em consideração todo o movimento escolar, “as relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhes são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular” (JULIA, 2001, p.10). Em sintonia com Pina (2003) discordo da divisão de culturas que o autor faz, pois entendemos que comportamentos religiosos, políticos e sociais, juntos, são todos elementos constitutivos da cultura.

Compreende-se que a cultura escolar é formada a partir do que a escola recebe da sociedade e do que ela produz internamente e transmite a essa mesma sociedade num movimento dialético.

Utilizando a discussão que Julia faz a respeito da cultura escolar, Pina (2009) destaca três eixos importantes para entendimento desse contexto: “1. interessar-se pelas normas e finalidades que regem a escola; 2. avaliar o papel desempenhado pela profissionalização do trabalho do educador; 3. interessar-se pela análise dos conteúdos ensinados e das práticas escolares” (PINA, 2009, p. 14/15).

O livro didático é visto como um elemento da cultura escolar, como produto cultural, pois além dos conteúdos escolares eles expressam hábitos, posturas pedagógicas e valores, e também por serem produzidos e consumidos de determinados modos, por pessoas específicas, é também, de acordo com Pina, “fruto de uma rede de relações que envolve a escrita, o papel, o autor, a edição, os editores, o leitor, ou seja, um complexo processo de relações de poder” (PINA, 1993, p. 48). Nesse sentido, o terceiro item citado anteriormente, a nós é muito

interessante, pois o livro escolar representa o conjunto de conteúdos ensinados ou a serem ensinados nas escolas. Ele é compreendido como um dos principais veículos de transmissão de conhecimentos sistematizados, objeto muito valorizado na cultura escolar, tanto por professores como por alunos.

Para entender o livro didático e como ele é visto no ambiente escolar e considerando-o como um importante instrumento pedagógico e um relevante elemento da cultura escolar nos recorremos a Forquin (1993) quando assevera que a escola tem uma cultura própria, marcada por uma maneira própria de agir, com normas e sistemas de controle específicos e que produz uma cultura escolar vista como um conjunto de “conteúdos cognitivos e simbólicos selecionados, organizados, normatizados, rotinizados sob o efeito dos imperativos da didatização que constituem habitualmente o objeto de uma transmissão deliberada no contexto das escolas” (FORQUIN, 1993, p. 167).

Além de selecionar conteúdo é função da educação escolar torná-los transmissíveis e de fácil entendimento aos alunos. Assim, cabe aos educadores a função de reorganização, de reestruturação, de transposição didática, pois tão importante quanto o estado do conhecimento, é o estado do conhecente, [...] sua posição respectiva com relação ao saber e a forma institucionalizada da relação que existe entre um e outro, em tal ou qual contexto social” (FORQUIN, 1992, p.32-33). Nesse processo de escolha de saberes ou conteúdos, ocorre uma certa disputa de poder, em que algumas ideias, conceitos e valores são escolhidos e se perpetuam e outros são deixados de lado.

Nesse contexto de didatização e seleção de saberes, defendido por Forquin (1992), enquadra-se o livro didático. Sua elaboração é resultado de um processo de seleção realizada por diferentes sujeitos, com ideias e valores também diferenciados que se refletem não só nos conteúdos, mas nas atividades, no planejamento das práticas pedagógicas, nas ilustrações, nas exemplificações, como também nas simplificações encontradas em muitos livros didáticos, levando a exclusão, pois de acordo com Fonseca “alguns atos são escolhidos e outros não, de acordo com os critérios políticos” (FONSECA, 2004, p. 55). |As características do livro didático destacadas fazem parte do processo de didatização que implica em tornar assimiláveis os saberes a serem transmitidos, transformar um “objeto em objeto de ensino”. Isso pode ser feito por meio do processo de mediação.

Na perspectiva da didatização já abordada por Forquin (1992) ocorre a simplificação de alguns saberes, assim como a seleção, em que conteúdos são escolhidos e outros são preteridos, de acordo com a opção de quem esteja envolvido no processo de escolha. Nesse sentido, fizemos uma análise inicial de dois capítulos sobre o período colonial brasileiro de um livro didático de História para avaliar como é realizada a abordagem da temática feminina, quais os papéis destinados às mulheres e os espaços ocupados, nas imagens referentes a elas.

Para este ensaio, optou-se pela análise do volume 2 da coleção #Contato História de Marco Pellegrini, Keila Grinberg e Adriana Machado, da editora Quinteto, distribuída pelo PNLD de 2015. A escolha dessa coleção deveu-se ao fato de ter sido o livro selecionado pela maioria das professoras e professores do Ensino Médio do Centro de Educação Profissional em Saúde (CEEPS) Adélia Teixeira, em Vitória da Conquista – BA, escola em que atuamos como professora de História.

A investigação realizada discorreu sobre as imagens de mulheres do período colonial brasileiro, apresentadas nos capítulos 5 e 6, do volume 2 da coleção do livro didático de História referido anteriormente.

Numa exploração inicial do livro, verificamos a existência de 38 imagens de mulheres, num total de 284. Em relação aos textos escritos, no livro todo, encontramos um pequeno parágrafo sobre a rainha Elizabeth e seu governo; um texto complementar com uma interpretação feminista à caça às bruxas; uma legenda de uma imagem referindo à mãe do rei do Reino de Benin, no século XVI; um pequeno texto sobre a atuação da rainha Jinga Mbande, de Angola, do século XVII; um comentário sobre as mulheres que vendiam produtos pelas ruas, desafiando o domínio masculino no período colonial brasileiro; um texto sobre Harriet Tubman, figura importante na luta pela libertação dos escravos nos Estados Unidos; uma referência à marcha das mulheres sobre Versalhes numa legenda de imagem; uma referência às mulheres trabalhadoras das fábricas do início da Revolução Industrial; por fim, referência ao governo da rainha Maria II, em Portugal. Conclui-se que, a abordagem sobre a mulher nesse livro didático é muito tímida, pois de 276 páginas de conteúdo de texto escrito e imagético encontramos apenas 38 imagens de mulheres e 9 comentários escritos sobre mulheres. Não podemos dizer que houve exclusão, pois a temática está presente, embora preliminarmente, mas a “simplificação [...] que [...] implica em tornar definitivas, institucionalizadas e legitimadas pela sociedade determinadas visões e explicações históricas” (FONSECA, 2004, p. 53) é bem marcante nos capítulos analisados do referido livro didático.

O capítulo 5 da obra analisada tem como título *A Conquista e a colonização portuguesa na América*. Na página 100, referente ao início da exploração portuguesa no Brasil encontrou-se uma imagem de Johann Froschauer, de 1505, da Biblioteca Pública de Nova York (EUA) em que se identificou um grupo de europeus indianizados com um grupo de indígenas. No grupo de pessoas apresentado na imagem, detectamos uma mulher amamentando uma criança e cuidando de outras duas, e mais duas mulheres, uma comendo um pedaço de uma perna humana e outra comendo um braço. No texto do box ao lado da imagem os autores afirmam que os portugueses que chegaram ao Brasil no início da colonização se inseriam nos grupos de indígenas e constituíam famílias mestiças ao se casarem com mulheres indígenas. No texto principal não foi encontrado nenhuma referência ao conteúdo imagético e nem sobre as mulheres que viviam aqui quando os portugueses chegaram. Percebe-se que as mulheres indígenas foram silenciadas pelos autores do livro, apareceram na imagem apenas como ilustração, sem conexão com o texto escrito. Além do silenciamento por parte dos autores, Julio (2015) destaca que as mulheres indígenas foram vítimas de estereótipos que as confinavam num passado que as apresentavam como objetos sexuais e procriadoras, tanto por serem relacionadas a uma sexualidade exacerbada, como por estarem sujeitas a abusos por parte dos europeus. Essa ideia foi reforçada na obra de Gilberto Freire, para o qual

o europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho (FREYRE, 2006, p. 161 apud JULIO, 2015, p. 02).

Apesar do silenciamento que as mulheres indígenas são submetidas pelos autores de livros didáticos e do estereótipo de objetos sexuais e procriadoras, tanto por parte dos colonizadores europeus como por alguns autores, Julio (2015) destaca que mesmo afastadas dos espaços formais de poder, muitas indígenas alcançaram posições de liderança e procuravam aproveitar as oportunidades para escapar das condições de dificuldades as quais eram submetidas, ora migrando para as cidades, ora fugindo dos aldeamentos para voltar ao sertão, ou ainda amasiando com não índios, objetivando exercer o seu papel de sujeitos históricos (JULIO, 20015, p. 11).

Na página 104, com o título *A antropofagia*, encontra-se uma gravura feita por Theodore de Bry, do século XVI, pertencente a uma coleção particular, em que uma mulher indígena aparece comendo um braço. Embora seja apresentada uma imagem de mulher indígena, nem o texto principal, nem o box apresenta comentário sobre o papel da mulher no ritual de antropofagia, mesmo a literatura informando que no ritual antropofágico

[...] as mulheres correm em volta das cabanas com os quatro primeiros pedaços, depois limpam a pele, cortam os pedaços em que todos podem comer, exceto, o matador. Toda a carne do morto é dividida entre todos da tribo e convidados. Tratando-se de um verdadeiro banquete de gente no qual para cada grupo é destinado um pedaço específico. (DE LIMA, 2013, p. 22)

O texto principal aborda o relato de Hans Staden, um europeu que viveu entre os indígenas do Brasil, no século XVI, sobre a prática do canibalismo, mas nada fala sobre a mulher, mesmo Staden (2008) mostrando que no ritual “as mulheres comem as vísceras, da mesma forma a carne da cabeça. O cérebro a língua e o que mais as crianças pudessem apreciar, elas comem. Quando tudo tiver sido dividido, voltam para casa, e cada um leva seu pedaço” (STADEN, 2008, p.149). Aqui, a mulher indígena é invisibilizada, pois embora a imagem a retrate e o relato de Staden fale sobre o papel da mulher no ritual, nenhuma menção é feita sobre ela no texto principal e complementar. Os textos tratam do ritual, mas nenhuma abordagem é feita sobre a mulher indígena, é como se não existisse mulheres no contexto retratado.

Na página 107, no conteúdo de título *França Equinocial*, encontra-se uma gravura produzida no século XVII, de autor desconhecido, pertencente à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que representa três Tupinambá do Maranhão sendo batizados na França. Na cena, os três estão ajoelhados diante do jovem rei Luís XVI, da rainha Maria de Médice e do bispo de Paris. Embora na figura encontre-se uma mulher, mesmo sendo uma rainha, nenhum comentário é feito a respeito dela, que aparece no contexto da imagem apenas como espectadora do evento.

No item *Africanos no Brasil e subitem O sujeito na história*, na página 108, apresenta-se a Rainha Jinga Mbande, representada em uma litogravura do século XIX. A imagem está relacionada ao texto em que destaca a atuação da rainha angolana do século XVII considerada hoje uma heroína por lutar contra o domínio dos estrangeiros na sua terra natal. Embora não faça referência a uma mulher negra, escravizada ou livre, do Brasil da época referida, considera-se importante destacar o papel da rainha angolana, por mostrar a força da mulher contra a colonização.

Na página 109, encontra-se uma litogravura de Johann Moritz Rugendas, de uma coleção particular, que representa um mercado de escravos no Brasil, no início do século XIX. Algumas mulheres aparecem na imagem: uma amamentando a criança, outra preparando e outra vendendo alimentos. Nenhuma abordagem é feita a respeito dessas mulheres.

Com o título Os Engenhos de Açúcar, na página 110, encontramos uma pintura de Frans Prost, feita no século XVII, de uma coleção particular, destacando os elementos do engenho colonial. A única alusão às mulheres é quando se refere à casa-grande e aos escravos domésticos, destacando as mulheres que trabalhavam exercendo várias atividades incluindo as funções de cozinheiras e amas de leite.

Em consonância com a historiografia produzida a partir da década de 1980, a página 115 apresenta a imagem produzida por Henry Chamberlain, de 1822, pertencente à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, em São Paulo, e destaca as mulheres que estavam à frente dos negócios, exercendo a função de donas de vendas, engenhos e tabernas. Na imagem em questão, encontra-se uma barraca de comércio de produtos alimentícios, no Rio de Janeiro, cuja proprietária era uma mulher de origem africana. Além disso, muitas mulheres chefiavam suas casas e cuidavam das famílias sozinhas, algumas devido ao fato de os maridos estarem envolvidos no processo de colonização e empreenderem longas viagens, e outras por serem, efetivamente, donas das casas e chefes das suas famílias, devido à inexistência de maridos. Ademais, muitas mulheres demonstram na experiência real da vida que a historiografia tradicional construiu uma visão “única” e estereotipada da mulher, apresentando um modelo de mulher submissa ao marido, religiosa, reclusa e do lar. Ivo (2012) sustenta que

[...] mulheres [...] se sustentavam de atividades comerciais e conseguiram construir seus destinos, outras mulheres de caminho, muitas delas forras, transitaram entre rotas de terra e de água, comercializando em grande escala, conduzindo não só surrões de alimentos, mas acima de tudo, uma trajetória de vida num espaço considerado pouco propício à figura feminina. Ana de Aguiar, parda forra, numa só declaração de passagem conduziu dois escravos e 37 cargas de molhados. (IVO, 2012, p. 278)

Finalizando o capítulo 5, na página 119, nas atividades de revisão, apresenta-se a pintura de Albert Eckhout, produzida no ano de 1641, localizada no Museu Nacional da Dinamarca, em Copenhague. A imagem retrata a figura de uma indígena carregando um braço e uma perna de um ser humano, dando indícios de que ela pratique a antropofagia, embora não apresente nenhum texto que confirme tal hipótese. Baldissera mostra que quando a imagem é apresentada

apenas de forma ilustrativa “[...] não se dá conta de que aquela ilustração, às vezes com ar inocente, pode estar justamente negando tudo aquilo que seu discurso apresenta; outras vezes ela revela justamente o que se pretendia esconder” (BALDISSERA, 2010, p. 252). A ausência de texto sobre a imagem também pode ser uma importante problematização e motivo de rico debate em sala de aula, coordenado pelo professor. Além disso, um dos critérios avaliados pelo PNLD é se as imagens são utilizadas no livro didático enquanto fontes, se são problematizadas e postas a ler enquanto textos.

O capítulo 6 tem como título *A expansão das fronteiras da Colônia*. À página 127 encontra-se uma pintura de Modesto Brocos Y Gomes, produzida no ano de 1892, pertencente ao Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro referente a escravizados trabalhando em um engenho de mandioca no Brasil. Nessa imagem identifica-se um cenário em que mulheres aparecem raspando mandioca. Embora constate a presença de 9 mulheres raspadeiras de mandioca e de apenas 3 homens, o texto escrito nada aborda a respeito dessa prática pelas mulheres e a referência sobre a imagem tem como título “escravos trabalhando [...]”. Percebe-se que, mesmo as mulheres dominando a prática da raspagem da mandioca para a preparação da farinha, no texto escrito e no título da imagem, elas não são reconhecidas como trabalhadoras, na medida em que se fala de escravos trabalhando. Vislumbra-se a invisibilidade da mulher e o protagonismo do homem, mesmo sendo minoria.

Na página 128, com o subtítulo *O extrativismo na Amazônia*, encontra-se duas fotografias de Ricardo de Azoury, ambas de 2012, apresentando mulheres trabalhadoras; a primeira mostra uma professora, a segunda refere-se a funcionárias de uma fábrica de preservativos. Embora na segunda foto identifique-se um número significativo de mulheres trabalhando, não foi encontrada referência alguma sobre a participação da mulher no mercado de trabalho. As imagens aparecem sem que exista relação com o exposto no texto.

Na página 130 encontra-se um desenho de José Wasth Rodrigues, feito no século XX, de coleção particular, mostrando bandeirantes paulistas conduzindo indígenas aprisionados em uma missão jesuítica. Na imagem identifica-se alguns indígenas e algumas indígenas. O título é *A caça ao indígena* e o texto refere-se à atuação dos bandeirantes na captura de indígenas, homens e mulheres.

Com o título *A exploração do ouro*, na página 130, identifica-se uma gravura de Rugendas, feita por volta de 1835, pertencente à Biblioteca de Estudos Brasileiros, da USP, referente à mineração de ouro por lavagem perto do morro do Itacolomi. Na imagem percebe-

se a presença de vários homens e algumas mulheres escravizadas no trabalho de exploração do ouro. Embora a imagem mostre homens e mulheres escravizados, não existe nenhuma referência a condição de trabalho, fala-se apenas sobre as técnicas de exploração utilizadas.

A litogravura produzida por Rugendas, em 1835, de coleção particular, da página 137, representa a celebração de um rei e de uma rainha negros em uma congada. Na imagem encontra-se apenas uma mulher, provavelmente a rainha. Levando em consideração a informação de Soares, percebe-se que a imagem está de acordo com a historiografia pois

na organização dos festejos do Reinado e em todas as outras possibilidades que ele oferece, a mulher sempre esteve presente, porém ocupando espaços diferenciados dos homens. Durante muitos anos, só era permitido à mulheres participarem como rainhas, princesas, zeladoras, juízas, bandeireiras e como responsáveis pelos enfeites e preparação da comida que é servida durante os rituais, nunca como caixeiras ou dançantes. (SOARES, 2009, p.14)

Entende-se que a mulher sempre esteve presente nesses espaços, mesmo que muitas vezes invisibilizadas. Eram elas que costuravam e enfeitavam as roupas, cozinhavam, organizavam as bandeiras, ou seja, eram responsáveis pela perpetuação dos rituais. Atualmente mulheres são encontradas exercendo funções, nos rituais da congada, que antes eram ocupadas apenas por homens, como caixeiras, dançantes e capitãs.

Na página 138 encontra-se uma representação artística de um quilombo no Brasil do período colonial, sem identificação. Nesse desenho, aparece mulheres ao centro do quilombo, executando atividades domésticas e de cuidado com crianças, contudo, nenhuma referência é feita a elas no texto central e no comentário da imagem. Percebe-se uma invisibilidade da mulher enquanto sujeito histórico do quilombo e uma naturalização dos papéis exercidos por elas, como asseveram Fernandes, Galindo e Valência

as categorias de gênero e raça-etnia incidem nas vivências das mulheres quilombolas, por vezes, invisibilizando suas experiências de opressão, por naturalizar os papéis exercidos por elas socialmente no seio de suas comunidades, papéis como o de ser mãe, esposa, de trabalhar nos afazeres domésticos, nos roçados, na criação de animais, nos cuidados à saúde de seus familiares, entre outros [...] há também a banalização das vivências de violência vivida por estas mulheres, que passam a ser compreendidas na comunidade como problemas intradomiciliares e domésticos, sendo desconsiderados os fatores sociais e coletivos que determinam estas experiências de sofrimento (FERNANDES, GALINDO e VALÊNCIA, 2020, p. 6).

A análise do conteúdo iconográfico do livro analisado possibilita constatar, mesmo que de maneira ainda inicial, que são poucas as iconografias que apresentam imagens de mulheres,

pois de 49 imagens constantes nos dois capítulos investigados, apenas em 14 as mulheres estão presentes. Na maior parte delas, as mulheres não são entendidas enquanto sujeitos históricos, estão presentes apenas como figurantes no contexto histórico apresentado na iconografia. Apenas duas das imagens analisadas, nas páginas 115 e 137, expõem o conteúdo de acordo com o apresentado pela historiografia referente ao período abordado.

Para não finalizar

Entende-se o livro didático como um produto da cultura escolar, na medida em que ele surge por meio das relações sociais ocorridas dentro e fora da escola, numa articulação com a sociedade, levando em conta os vários fatores envolvidos para sua produção. Eles ocupam um lugar central na educação escolar e molda tanto os conteúdos a serem ensinados como as práticas pedagógicas a serem executadas, chegando ao ponto de ditar o currículo escolar, principalmente em locais que é grande a carência de recursos, que os professores trabalham em muitas escolas e não dispõe de tempo suficiente para preparar o seu planejamento. Pelos motivos citados, o livro didático tornou-se o mais importante instrumento pedagógico da história das instituições escolares.

Acompanhando as mudanças e inovações da historiografia, seguidos das exigências do movimento feminista, os documentos que direcionam a educação brasileira e a escrita e avaliação dos livros didáticos, sofreram alterações que possibilitaram a inclusão de novos sujeitos na história, dentre eles as mulheres. Apesar das mudanças que proporcionam um certo destaque às mulheres enquanto sujeitos, atuantes na história e em destaque em alguns pequenos momentos nos livros didáticos de história, percebe-se que muito ainda há a ser feito. As mulheres precisam ser apresentadas como protagonista e sair das sombras dos homens, como vislumbrado em imagens constantes no volume da coleção analisada.

Nas imagens analisadas ainda existe um predomínio de protagonismo do homem, mesmo a mulher aparecendo de forma dominante na imagem. Isso também pode ser observado em algumas legendas que acompanham as imagens, pois têm como foco a figura masculina ou algum elemento referente a ela, mesmo a mulher aparecendo em destaque.

Em uma análise rápida e inicial dos capítulos 5 e 6, referentes a história do Brasil Colonial percebe-se diferença em relação a forma como as mulheres negras, indígenas e brancas são apresentadas. As mulheres negras aparecem 5 vezes, delas, 4 são desenvolvendo atividades voltadas para o trabalho e 1 representando a figura de uma rainha africana que lutou contra dominação dos estrangeiros em Angola. As mulheres indígenas aparecem 4 vezes, 3 delas ligadas ao ritual da antropofagia, mesmo não mostrando o papel delas nesse ritual, e aparece 1 vez trabalhando na função de professora numa referência ao tempo presente. A mulher branca aparece uma única vez no capítulo, exercendo a função de rainha, numa cerimônia de batismo de indígenas na França em reconhecimento da soberania do rei. Percebe-se que embora as mulheres negras e indígenas apareçam mais vezes nos capítulos analisados, a condição da mulher branca é de superioridade em relação às demais. Entende-se que tais imagens reforçam estereótipos e preconceitos em relação às mulheres.

Essa foi uma análise inicial, daremos continuidade explorando outras coleções de editais dos três últimos PNLD, entre os anos 2009 e 2018, com o intuito de verificar se esse é o caminho predominante nos outros livros analisados.

Referências

BALDISSERA, José Alberto. **Imagem e construção do conhecimento histórico**. In BARROSO, Véra Maciel et al. Ensino de história: desafios contemporâneos. Porto Alegre: EST/Exclamação/ANPUH, 2010, p.247-265.

BITTENCOURT, Circe. **Livro Didático e Conhecimento Histórico: uma história do saber escolar**. Tese de Doutorado em História, São Paulo, USP/FFLCH, 1993.

FARIA FILHO, L. M. **Escolarização, culturas e práticas escolares no Brasil: elementos teórico-metodológicos de um programa de pesquisa**. In: LOPES, A. & MACEDO, E. (Orgs.). Disciplinas e integração curricular: história e políticas. RJ: DP&A, 2002, p. 13-35.

FERNANDES, Saulo Luders ; GALINDO, Dolores Cristina Gomes; VALENCIA, Liliana Parra. **Identidade quilombola: atuações no cotidiano de mulheres quilombolas no agreste de Alagoas**. Psicol. Estud. vol.25, Maringá, Epub 19, Jun-2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722020000100222&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 24 de out. de 2020.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática do Ensino de História**. São Paulo: Papirus, 2ª Ed., 2004.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FORQUIN, Jean-Claude. Saberes escolares, imperativos didáticos e dinâmicas sociais. **Teoria e Educação**, 1992, p. 29 a 49.

IVO, Isnara Pereira. **Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa**. Século XVIII. Vitória da Conquista, Edições UESB, 2012.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/37742506.pdf>.

JULIO, Suelen Siqueira. **Mulheres Indígenas na América Latina Colonial**. XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos historiadores – velhos e novos desafios. Florianópolis – SC, 27 a 31 de julho de 2015.

PINA, Maria Cristina Dantas. **A escravidão no Livro Didático de história do Brasil: três autores exemplares (1890-1930)**. Tese de Doutorado - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas: SP, 2009.

PELLEGRINI, Marco Cesar; DIAS, Adriana Machado; GRINBERG, Keila. # **Contato História**. 1ª Edição, São Paulo, Quinteto Editorial, 2016.

SOARES, Dalva Maria. **Salve Maria(s): mulheres na tradição do Congado em Belo Horizonte, MG**. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal de Viçosa. Minas Gerais, 2009. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/3322/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 24 de out. de 2020.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Kátia Rosane Santos Pereira

Mestranda pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED). Especialista em História Social Antiga e Medieval (UESB). Especialista em Formação Socioeconômica do Brasil pela UNIVERSO. Professora das redes estadual e municipal da cidade de Vitória da Conquista (BA). Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Ensino de História (LAPEH). E-mail: deusaclio@hotmail.com

Maria Cristina Dantas Pina

Doutora em História da Educação pela Unicamp (2009). Docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, da área de Metodologia do Ensino de História e do Programa de Pós-Graduação em Educação da (UESB) e do Programa de Mestrado Profissional em História - ProfHistória (UESB). Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Ensino de História (LAPEH).Email: mcristina.pina@gmail.com